

TESTE DE CONHECIMENTOS COOPERATIVISTAS-LEI 5764/71-RN365-LGPD -UNIMED

Nome do Candidato (legível): _____ CRM _____

Leia atentamente o enunciado das questões abaixo, escolha uma alternativa para cada questão, e marque somente uma letra correspondente como resposta, portanto preencha com atenção no local de respostas. A interpretação do enunciado de cada questão faz parte da prova, portanto, nenhuma informação sobre o seu conteúdo será dada.

CURSOS ON LINE (Cooperativismo, Sistema Unimed e Formação de Novos Cooperados)**1. O que é uma cooperativa?**

- a) É uma associação de pessoas voltadas para a defesa de sócios majoritários da empresa;
- b) É uma associação de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações, necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida;
- c) É uma entidade reguladora de atividades laborais em comunidades escolhidas;
- d) É um órgão governamental que visa auxiliar as comunidades com ajuda mútua de interesses econômicos.

2. Uma Sociedade Cooperativa possui características básicas na sua dinâmica, instituída como uma nova maneira de gerar trabalho e renda, e sendo uma empresa sem proprietário capitalista. Aponte abaixo a alternativa incorreta:

- a) Sociedade Mercantil de Capital;
- b) Propriedade Comum;
- c) Natureza Social e Econômica;
- d) Sociedade de pessoas e não de capital.

3. Baseada em estudos de “socialistas utópicos”, nasce a 1ª cooperativa criada em 1844 no norte da Inglaterra com princípios. Os operários chegaram à conclusão de que a cooperação era a forma mais adequada da convivência em comunidade. Os princípios abaixo elencados, foram adequados à dinâmica econômica dos dias de hoje. Este fato se deu por ocasião do sesquicentenário da criação da 1ª cooperativa, e ocorreu em Manchester no ano de 1995. Analise as alternativas e marque a opção correta de quais são os princípios universais vigentes.

- a) Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática entre seus membros; Participação econômica de seus membros; Autonomia; Intercooperação; Interesse pela comunidade.
- b) Adesão Voluntária e Livre; Participação econômica de seus membros; Autonomia e Independência; Educação permanente; Intercooperação; Interesse pela comunidade.
- c) Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática entre seus membros; Participação econômica de seus membros; Autonomia e Independência; Educação permanente; Interesse pela comunidade.
- d) Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática pelos membros; Participação Econômica dos Membros; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; Interesse pela Comunidade.

4. Qual dos princípios do cooperativismo acima mencionados, se relaciona à Meritocracia, ou seja, remuneração proporcional à produção do cooperado?

- a) Educação, Formação e Informação;
- b) Gestão Democrática pelos Membros;

- c) Participação Econômica dos Membros;
d) Interesse Pela Comunidade.
5. Quando o médico se vincula a uma Unimed, ele torna-se cooperado, portanto, precisa entender qual o seu poder (como dono), no processo decisório da mesma, ou seja, a “autogestão”. Qual dos princípios do cooperativismo mencionados contempla esta afirmativa?
- a) Autonomia e Independência;
b) Participação Econômica dos Membros;
c) Educação, Formação e Informação;
d) Intercooperação.
6. As cooperativas podem estabelecer convênios entre si, compartilhar experiências, ou mesmo, proporcionar troca de produtos ou serviços. Essas práticas obedecem a qual princípio?
- a) Autonomia e Independência;
b) Gestão Democrática pelos Membros;
c) Interesse Pela Comunidade;
d) Intercooperação.
7. Nas cooperativas Unimed, o resultado financeiro anual, negativo (perdas) ou positivo (sobras) deve obedecer a que forma de distribuição aos cooperados?
- a) Valor proporcional ao capital social de cada cooperado;
b) Valor proporcional ao tempo de filiação do cooperado na sociedade;
c) Valor proporcional à produção anual de cada cooperado;
d) Valor igualitário a cada cooperado.
8. A Unimed é uma cooperativa de trabalho médico. Sendo assim, todos os seus cooperados são donos e não são credenciados. Qual o nome dado à Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, que atua na representação institucional e política do Sistema Unimed?
- a) Unimed do Brasil;
b) Fundação Unimed;
c) Central Nacional Unimed;
d) Unimed Participações.
9. O Cooperativismo de saúde no Brasil é alavancado com a criação da União dos Médicos – UNIMED. A 1ª Cooperativa Unimed foi fundada quando e onde?
- a) Em 1965 na cidade de São Paulo/SP;
b) Em 1971 na cidade de Porto Alegre/RS;
c) Em 1967 na cidade de Santos/SP;
d) Em 1844 na cidade de Ouro Preto/MG.
10. O Sistema Unimed está presente em mais de 80% do território brasileiro, com mais ou menos 345 (trezentos e quarenta e cinco) cooperativas. Quais características elas têm?
- a) Franquias;
b) Filiais;
c) Organizações autônomas – singulares;
d) Escritórios de representações.

11. A Política Nacional do Cooperativismo é definida pela Lei 5764 de 16 de dezembro de 1971. Ela institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e disciplina seus aspectos societários. Aponte a alternativa incorreta.

- a) Os requisitos mínimos que devem constar dos estatutos sociais;
- b) Equiparação da cooperativa como uma Organização Não Governamental (ONG);
- c) A delimitação das características da sociedade cooperativa;
- d) As relações entre as cooperativas e seus associados, especialmente quanto à forma de se realizarem as assembleias.

12. O Art. 4º da Lei 5764/1971 diz que: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas características abaixo”. Analise as alternativas considerando verdadeira (V) ou falsa (F), e marque a opção correta:

- I. () adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II. () variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III. () limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV. () inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V. () singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI. () quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII. () retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII. () indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX. () neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X. () prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI. () área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.
 - a) As alternativas III, IV, IX e XI são falsas;
 - b) Somente as alternativas de I a VII são verdadeiras;
 - c) Todas as alternativas são falsas;
 - d) As alternativas de I a XI são verdadeiras.

13. A Lei 5764/1971 qualifica a cooperativa com sendo uma organização empresarial/social, onde quem se associa torna-se dono, com direitos e deveres iguais a todos seus membros. Qual alternativa abaixo não está de acordo com esta Lei?

- a) Na cooperativa o associado majoritário nas quotas partes é privilegiado nos lucros;
- b) Um sistema econômico e social, com autogestão em bases democráticas;
- c) Operado por meio do apoio mútuo;
- d) Destina-se à satisfação das necessidades econômicas e à promoção social dos membros da cooperativa.

- 14. Quais são os Órgãos Sociais que compõem a administração de uma cooperativa, de acordo com o Capítulo IX, Seções de I a V da Lei 5764/71?**
- Comitê Educativo, Conselho de Administração, e Conselho Fiscal;
 - Comitê Educativo, Conselho Técnico e Conselho Fiscal;
 - Assembleia Geral, Conselho de Administração, e Conselho Fiscal;
 - Reunião de Cooperados, Núcleo Educativo e Conselho Fiscal.
- 15. Conforme explicita o Art. 38 da Lei 5764/1971, qual é o Órgão Supremo das sociedades cooperativas, onde seus cooperados exercem o seu poder de deliberar e decidir?**
- A Assembleia Geral, (seja Ordinária ou Extraordinária);
 - O Conselho de Administração;
 - O Conselho Fiscal;
 - O Comitê Educativo.
- 16. De acordo com a Lei 5764/1971, o Art. 38 diz que: “a Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, constituída exclusivamente por cooperados, é o órgão soberano da cooperativa, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações...”:**
- vinculam somente os discordantes;
 - vinculam somente os ausentes;
 - não vinculam a nenhum dos associados ausentes ou discordantes;
 - vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.
- 17. É obrigatório, no decorrer do primeiro trimestre do ano, após o término do exercício social, que a cooperativa realize uma Assembleia Geral Ordinária (AGO), conforme determina o Art. 44, da Lei 5764/71, abordando os assuntos listados abaixo, que deverão constar da ordem do dia (Edital de Convocação da Assembleia). Assinale a alternativa que não é permitida sua deliberação e decisão em uma AGO – Assembleia Geral Ordinária.**
- Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente;
 - Eleição dos componentes do Conselho de administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, quando for o caso, bem como a fixação do valor da remuneração e verba de representação;
 - Reforma do Estatuto Social, fusão, e incorporação ou desmembramento da cooperativa;
 - Destinação das sobras apuradas, aplicação do percentual de juros ao capital social, ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da cooperativa, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios.
- 18. De acordo com a Art. 46, da Lei 5764/1971, das opções abaixo, marque o assunto que não é de competência única e exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária.**
- Reforma do Estatuto Social;
 - Mudança de objetivo da sociedade;
 - Dissolução voluntária da sociedade, nomeação de liquidante, e deliberação sobre as contas do liquidante;
 - Fixar as normas de disciplina funcional.

19. Relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª e marque a opção correta:

1ª coluna	2ª coluna
1 - Sociedade de Pessoas	() Na cooperativa o cooperado recebe proporcionalmente ao trabalho realizado
2 - Cunho Econômico	() Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971.
3 - Sem fins lucrativos	() A Cooperativa deve ter atividade econômica bem definida de proveito comum a todos cooperados.
4 - Princípios Jurídicos	() Os cooperados são mais importantes que o capital em si.

Escolha abaixo o conjunto das opções assinaladas, por você, acima.

- a) 3, 4, 1, 2.
- b) 2, 1, 3, 4.
- c) 2, 4, 3, 1.
- d) 3, 4, 2, 1.

20. Por ser uma atividade empresarial/social que gera trabalho e renda de forma diferente, as relações entre os envolvidos, em uma cooperativa, têm um tratamento diferenciado, conforme o Art. 79 da Lei 5764/1971. Com se denomina esta relação e como ela se dá?

- a) Todas as alternativas desta questão;
- b) Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados para a consecução dos objetivos sociais;
- c) Denominam-se atos cooperativos os praticados entre os cooperados e suas as cooperativas para a consecução dos objetivos sociais;
- d) Denominam-se atos cooperativos os praticados pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.

ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO DA UNIMED

21. O Art. 1º do Estatuto Social da Unimed Natal Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, constituída em outubro de 1977, rege-se pelo seu Estatuto Social e pelas disposições legais em vigor a ela aplicáveis. Analise as alternativas considerando verdadeira (V) ou falsa (F), e marque a opção correta:

- I- () sede, administração e foro jurídico em Natal, Estado do Rio Grande do Norte;
 - II- () área de ação para efeitos de *admissão de cooperados*, credenciamento de serviços e comercialização de planos de saúde;
 - III- () área de ação para efeitos de *somente credenciamento de serviços* e comercialização de planos de saúde;
 - IV- () prazo de duração indeterminado;
 - V- () ano social coincidente com o ano civil;
 - VI- () registro n 335592 na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS como Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde, nos termos da Lei n 9.656, de 3 de junho de 1998.
- a) Somente as alternativas I, II, III e IV são verdadeiras;
 - b) Somente as alternativas I, IV, V e VI são falsas;
 - c) As alternativas I, II, III, IV, V e VI são verdadeiras;
 - d) Somente as alternativas I, II e VI são falsas.

22. O Art. 4º do Estatuto Social da Unimed Natal Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, trata da admissão de novos cooperados, seus requisitos, critérios, condições e

respectivo procedimento, e serão previstos e regulamentados através do Regimento Interno da Cooperativa. Sem prejuízo da regulamentação em Regimento Interno, o médico interessado em ingressar na Cooperativa deverá atender alguns dos requisitos. Aponte abaixo a alternativa incorreta.

- a) Poder para exercer outra atividade que possa ser considerada colidente com os interesses e objetivos da Unimed;
- b) Ser médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte, e ainda exercer a medicina na área de ação desta Cooperativa e, ainda possuir a devida habilitação na especialidade em que propõe atuar, de acordo com os critérios técnicos e de qualidade fixados pelo Regimento Interno;
- c) Possuir livre disposição de sua pessoa e bens, e manifestar concordância com as normas o Estatuto Social da Unimed e respectivo Regimento Interno;
- d) Preencher e observar todos os demais requisitos, critérios, condições e procedimentos previstos no Regimento Interno que trate da matéria, inclusive quanto ao processo seletivo.

23. O Art. 9º do Estatuto Social da Unimed Natal Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, explicita os direitos do cooperado. Analise as alternativas considerando verdadeira (V) ou falsa (F), e marque a opção correta:

- I. () participar das atividades que constituem o objeto da Cooperativa, prestando os serviços que lhe forem concedidos e com ela operando, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Administração, Regimento Interno e pelo Estatuto;
- II. () votar e ser votado para cargos sociais, observados o tempo de 4 (quatro) anos de vinculação à cooperativa como cooperado;
- III. () solicitar ao Conselho de Administração, por escrito, esclarecimentos sobre as atividades da Cooperativa;
- IV. () consultar pessoalmente, na sede social, o balanço e os livros contábeis, dentro do mês que anteceder a Assembleia Geral Ordinária, obrigando-se o Conselho de Administração a disponibilizar os referidos documentos aos interessados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da referida Assembleia;
- V. () participar do rateio das sobras líquidas do exercício, na proporção das operações que houver realizado com a Cooperativa, respeitada a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, e após 4 (quatro) anos de vinculação à cooperativa como cooperado;
- VI. () participar das Assembleias Gerais, votando os assuntos nelas tratados e apresentar propostas, salvo os impedimentos legais e estatutários;
- VII. () demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- VIII. () solicitar autorização para afastamento de suas atividades profissionais junto à Cooperativa, evitando incorrer nas hipóteses de exclusão previstas, observadas as condições estabelecidas no Estatuto Social da Cooperativa;
- IX. () integrar a categoria dos cooperados Honorários ou Remidos, conforme regulamentação de hipóteses e condições a serem instituídas através de Regimento Interno.
 - a) Todas as alternativas são verdadeiras;
 - b) As alternativas II e V são falsas;
 - c) As alternativas III, VI, VIII e IX são falsas;
 - d) Somente as alternativas de I a V são verdadeiras.

24. O Art. 10 do Estatuto Social da Unimed Natal Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, explicita os deveres do cooperado. Analise as alternativas considerando verdadeira (V) ou falsa (F), e marque a opção correta:

- I. () executar, em seu próprio estabelecimento, em instituição conveniada, ou nos serviços próprios da Cooperativa, os serviços que lhe forem concedidos por esta, observado o que

estabelece o *Código de Ética Médica*, as determinações do Estatuto, do Regimento Interno e demais deliberações sociais, atendido o princípio de livre oportunidade para todos os associados, restando claro que em qualquer hipótese, o interesse coletivo da Cooperativa e o bem comum dos cooperados prevalecerão sobre o interesse individual;

- II. () subscrever e integralizar quotas-partes do capital social, inclusive quando for decidido pelo respectivo aumento, nos termos deste Estatuto, bem como, contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos pela Cooperativa;
- III. () prestar aos órgãos ou setores internos da Cooperativa, no prazo assinalado, os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre os serviços profissionais prestados como cooperado, bem como sobre quaisquer atividades que porventura exerça e que estejam relacionadas à Cooperativa;
- IV. () cumprir as disposições da Lei, do Estatuto Social, do Regimento Interno, do Código de Ética Médica, e as demais deliberações sociais da Cooperativa;
- V. () zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa, atuando com a máxima lisura, clareza, honestidade e obediência às suas normas;
- VI. () pagar sua parte nas perdas apuradas em balanço, na proporção das operações que houver realizado com a Cooperativa, caso o Fundo de Reserva não seja utilizado ou suficiente para cobri-las;
- VII. () comunicar ao Conselho de Administração, previamente e por escrito, a interrupção temporária das suas atividades profissionais, desde que por mais de 30 (trinta) dias, justificando o motivo, uma vez que o trabalho médico é condição fundamental à permanência como cooperado;
- VIII. () participar das atividades de treinamento e capacitação em Educação Cooperativista promovidas pela Cooperativa;
- IX. () atender os clientes do Sistema Cooperativo Unimed, dentro da disponibilidade de sua agenda, conforme oficialização junto à Cooperativa, obedecidas as normas legais, coberturas contratuais e as disposições deste Estatuto Social e do Regimento Interno da Cooperativa;
- X. () assumir, após regular processamento de apuração, as despesas relativas às demandas administrativas e/ou judiciais decorrentes de solicitações efetuadas em favor de beneficiários de planos de assistência à saúde do Sistema Unimed;
- XI. () não permitir que terceiros utilizem seu nome e sua senha para realização de consultas e solicitação de procedimentos, responsabilizando-se, neste caso, pelo reembolso dos respectivos valores, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis;
- XII. () participar, sempre que solicitado, de junta médica instaurada pela Cooperativa para dirimir conflitos e divergências decorrentes de suas solicitações a beneficiários da Cooperativa;
- XIII. () cumprir os acordos de especialidades firmados com a Cooperativa, a que se obrigou direta ou indiretamente, observada a forma legal;
- XIV. () justificar eventual inobservância de protocolos instituídos no âmbito dos serviços próprios da Cooperativa, responsabilizando-se por sua conduta.
 - a) As alternativas III, VII, X e XIII são falsas;
 - b) As alternativas II, VI, IX e XI são falsas;
 - c) As alternativas de I a XIV são verdadeiras;
 - d) As alternativas de I a XIV são falsas.

25. Na cooperativa, o desligamento de um cooperado, está devidamente regulamentado pela Lei 5764/1971, nos Arts 32 a 35, e no Estatuto Social da Unimed de Natal. Aponte abaixo a alternativa que não consta da regulamentação legal.

- a) A expulsão do cooperado, sem opção de recurso, seja no âmbito administrativo ou assemblear;
- b) A demissão do cooperado dá-se unicamente a seu pedido, e não pode ser negada;
- c) A exclusão do associado será feita, por dissolução da pessoa jurídica; por morte da pessoa física; por incapacidade civil não suprida; por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa;
- d) A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto, mediante termo firmado por quem de direito no Livro de Matrícula, com os motivos que a determinaram.

26. De acordo com as Arts. 37 e 38 do Estatuto Social da Unimed de Natal, a Assembleia Geral (Ordinária ou Extraordinária) será convocada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, com intervalos regulares de uma hora para a segunda e mais uma hora para a terceira.

- a) pelo Diretor Presidente da Cooperativa, sendo por ele presidida, ou por seu substituto legal;
- b) por 20% (vinte por cento) dos cooperados em condições de votar podem requerer, por escrito, ao Diretor Presidente a convocação de uma Assembleia Geral e, não sendo atendidos no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de protocolo do pedido, poderão eles próprios convocá-la;
- c) pelo Conselho Fiscal, desde que ocorram motivos graves e urgentes, e após solicitação dirigida ao Diretor Presidente e não atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos;
- d) Todas as alternativas acima.

27. Conforme o Art. 49. do Estatuto Social da Unimed de Natal a Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto de:

- a) 10 (dez) membros, todos associados, eleitos pelo voto direto dos cooperados para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo 6 (seis) Conselheiros vogais e 4 (quatro) Diretores que compõem a Diretoria Executiva, estes com os títulos de Diretor Presidente, Vice-Diretor Presidente, Diretor de Recursos Próprios e Diretor Técnico;
- b) 9 (nove) membros, todos associados, eleitos pelo voto direto dos cooperados para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo 5 (cinco) Conselheiros vogais e 4 (quatro) Diretores que compõem a Diretoria Executiva, estes com os títulos de Diretor Presidente, Vice-Diretor Presidente, Diretor de Recursos Próprios e Diretor Técnico;
- c) 8 (oito) membros, todos associados, eleitos pelo voto direto dos cooperados para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo 4 (quatro) Conselheiros vogais e 4 (quatro) Diretores que compõem a Diretoria Executiva, estes com os títulos de Diretor Presidente, Vice-Diretor Presidente, Diretor de Recursos Próprios e Diretor Técnico;
- d) 12 (doze) membros, todos associados, eleitos pelo voto direto dos cooperados para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo 9 (nove) Conselheiros vogais e 3 (três) Diretores que compõem a Diretoria Executiva, estes com os títulos de Diretor Presidente, Vice-Diretor Presidente e Diretor de Recursos Próprios.

28. O Art. 70 do Estatuto Social da Unimed de Natal regulamenta a ação do Conselho Fiscal para exercer assídua fiscalização sobre as operações e atividades da Cooperativa, sendo ele composto por:

- a) 4 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos;
- b) 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 1/2 (um e meio) ano;

- c) 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano;
- d) 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos.

29. No Art. 62. do Estatuto Social da Unimed de Natal regulamenta o Comitê de Governança, Riscos e Auditoria Interna que será coordenado pelo Diretor Presidente, e possui, entre outras, as atribuições abaixo descritas. Analise as alternativas considerando verdadeira (V) ou falsa (F), e marque a opção correta:

- I. () - definir as diretrizes de governança corporativa, da gestão de riscos, da segurança da informação, da continuidade dos negócios e da auditoria interna;
- II. () - definir as políticas estratégicas e operacionais, códigos de condutas e padrões éticos, e demais políticas internas voltadas às boas práticas de governança e Compliance, bem como, promover divulgação e treinamento quanto a tais aspectos;
- III. () - convocar Assembleia Geral Extraordinária quando constatar algum desvio ético de um cooperado;
- IV. () - emitir pareceres sobre os relatórios das auditorias interna e externa, e do gerenciamento dos riscos;
- V. () - comunicar ao Ministério Público Federal, os desvios éticos de qualquer cooperado, e ainda, indicar punições.
- VI. () - reportar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, no âmbito das respectivas competências, todas as análises e informações necessárias à garantia do cumprimento da missão da Cooperativa, sua continuidade e sustentabilidade alinhadas aos seus objetivos;
 - a) As alternativas III e V são falsas;
 - b) Todas as alternativas são falsas;
 - c) Todas as alternativas são verdadeiras;
 - d) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.

30. O Art. 91. do Estatuto Social da Unimed de Natal, determina que: das sobras apuradas no balanço social da cooperativa, serão deduzidas as porcentagens abaixo. Aponte a alternativa incorreta.

- a) 10% (dez por cento) para o *Fundo de Reserva*;
- b) 30% (trinta por cento) para o *Fundo de Reserva*;
- c) 5% (cinco por cento) para o *Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES*;
- d) até 12% (doze por cento) *como juros sobre o capital* integralizado de cada cooperado, de acordo com o previsto no art. 35 do Estatuto Social da cooperativa.

31. A RN 465 de 24 de fevereiro de 2021 atualiza o rol de procedimentos e eventos em saúde que estabelece a cobertura assistencial obrigatória a ser garantida nos planos privados de assistência à saúde. No parágrafo único do Art. 17º desta normativa é elencado as exclusões assistenciais permitidas, sendo elas:

- I - Tratamento clínico ou cirúrgico experimental,
- II - Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim, ou seja, aqueles que não visam restauração parcial ou total da função de órgão ou parte do corpo humano lesionada, seja por enfermidade, traumatismo ou anomalia congênita;
- III - Inseminação artificial;
- IV - Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética, assim como em spas, clínicas de repouso e estâncias hidrominerais;

V - Fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde importados não nacionalizados, isto é, aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na ANVISA;

VI - Fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, isto é, aqueles prescritos pelo médico assistente para administração em ambiente externo ao de unidade de saúde, com exceção dos medicamentos previstos nos incisos IX e X do art. 18, e ressalvado o disposto no art. 13;

VII - Fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios ligados ao ato cirúrgico;

VIII - Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

IX - Casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;

X - Estabelecimentos para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas VI e X são falsas.
- b) Apenas a afirmativa VII é falsa.
- c) Apenas a afirmativa VII é verdadeira.
- d) Todas as afirmativas são verdadeiras.

32. De acordo com o Art. 8 da RN nº 465 de 2021, nos procedimentos e eventos previstos nesta Resolução Normativa e seus Anexos, se houver indicação do profissional assistente, na forma do artigo 6º, §1º, respeitando-se os critérios de credenciamento, referenciamento, reembolso ou qualquer tipo de relação entre a operadora e prestadores de serviços de saúde, fica assegurada a cobertura para:

I - Procedimentos de anestesia e sedação;

II - Equipe necessária à realização do procedimento, incluindo os profissionais de instrumentação cirúrgica e anestesia, quando houver sua participação;

III – Taxas, materiais, contrastes, medicamentos, e demais insumos necessários para sua realização, desde que estejam regularizados e/ou registrados e suas indicações constem da bula/manual perante a ANVISA ou disponibilizado pelo fabricante.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- b) As afirmativas I e II são falsas.
- c) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- d) Todas as afirmativas são verdadeiras.

33. De acordo com o Art. 5 da RN nº 465 de 2021, a atenção à saúde na saúde suplementar deverá observar os seguintes princípios:

I - Atenção multiprofissional;

II - Integralidade das ações;

III - Incorporação de ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, bem como de estímulo ao parto cesárea;

IV - Uso da epidemiologia para monitoramento da qualidade das ações e gestão em saúde;

V - Adoção de medidas que evitem a estigmatização e a institucionalização dos portadores de transtornos mentais, visando ao aumento de sua autonomia; e

VI - Utilização das melhores práticas, baseadas em evidências científicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III é falsa.
- c) As afirmativas III e IV é verdadeira.
- d) Apenas a afirmativa VI é falsa.

34. Assinale a alternativa correta. Com base nas definições do Art. 18 da RN nº 465 de 2021, O Plano Ambulatorial compreende os atendimentos realizados em consultório ou em ambulatório, definidos e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, e os atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, conforme definições constantes na Lei n.º 9.656 de 1998 e regulamentação infralegal específica vigente, não incluindo internação hospitalar ou procedimentos para fins de diagnóstico ou terapia que, embora prescindam de internação, demandem o apoio de estrutura hospitalar por período superior a doze horas, ou serviços como unidade de terapia intensiva e unidades similares, e devendo garantir cobertura para:

- a) Consultas médicas em número limitado em clínicas básicas e especializadas (especialidades médicas), inclusive obstétrica para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM.
- b) Serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais solicitados pelo médico ou pelo cirurgião-dentista assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar, desde que caracterize como internação conforme preceitua o caput;
- c) Medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, assim como medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso.
- d) procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais que prescindam de internação e de apoio de estrutura hospitalar por período inferior a doze horas.

35. De acordo com o Art. 21 da RN nº 465 de 2021, O Plano Hospitalar com Obstetrícia compreende toda a cobertura definida no art. 19, acrescida dos procedimentos relativos ao pré-natal, da assistência ao parto e puerpério, devendo garantir cobertura para:

- I - Despesas, incluindo paramentação, acomodação e alimentação, relativas ao acompanhante indicado pela mulher durante:
 - a) pré-parto;
 - b) parto; e
 - c) pós-parto imediato, entendido como o período que abrange dez dias após o parto, salvo intercorrências, a critério médico;
- II - Assistência ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário titular, ou de seu dependente, durante os primeiros trinta dias após o parto, isento do cumprimento dos períodos de carência já cumpridos pelo titular; e
- III - opção de inscrição do recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário titular, ou de seu dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência já cumpridos pelo titular, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de trinta dias do nascimento ou adoção.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa I está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.

36. Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, no que se refere a definição de dados, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- b) Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- c) dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- d) Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido exclusivamente em meio eletrônico.

37. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709/2018 - define que os dados relacionados à saúde ou à vida sexual, bem como os dados genéticos, quando vinculados a uma pessoa natural; os dados de saúde como dados pessoais sensíveis. Em qual das situações abaixo o tratamento desses dados é permitido sem o consentimento do titular?

- a) Para realização de pesquisa clínica com finalidade exclusivamente acadêmica, independentemente de estarem os dados estejam anonimizados.
- b) No envio de materiais publicitários sobre serviços médicos ao titular.
- c) Para a inclusão de dados em programas de marketing de uma clínica.
- d) Em situações de emergência médica, quando necessário para proteger a vida ou a incolumidade física do titular.

38. O princípio da necessidade, previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estabelece que:

- a) Os dados tratados devem ser mantidos em sigilo absoluto, independentemente do contexto.
- b) Apenas dados estritamente necessários para atingir a finalidade do tratamento devem ser coletados.
- c) Todo tratamento de dados deve ser precedido de autorização expressa da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- d) O titular dos dados não tem o direito de corrigir informações incompletas ou desatualizadas mantidas pelo controlador.

39. Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, titular de dados é toda pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento e, o tratamento de dados é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. Neste contexto:

- a) O titular dos dados pode ser tanto uma pessoa natural quanto jurídica, desde que os dados estejam sujeitos a tratamento.
- b) O tratamento de dados pessoais refere-se apenas a coleta dos dados, em se tratando de meio digital.
- c) O titular dos dados é exclusivamente o responsável por autorizar qualquer operação de tratamento de seus dados pessoais, sem exceções.
- d) O titular dos dados possui direitos sobre seus dados pessoais, desde a fase de coleta até a eliminação dos dados, podendo solicitar a interrupção de qualquer fase de tratamento dos dados, ressalvadas as hipóteses legais que dispensam o consentimento.

40. Um médico atende em um hospital privado e precisa compartilhar dados de saúde de um paciente com outro profissional de outra rede hospitalar, que dará continuidade ao tratamento. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, o compartilhamento:

- a) Pode ser feito livremente, pois médicos têm prerrogativa para tratar dados sensíveis sem restrições.
- b) É vedado, pois depende de autorização expressa do titular para qualquer situação.
- c) É permitido, pois se enquadra na hipótese de execução de políticas públicas de saúde.
- D. É permitido sem consentimento do titular, quando necessário para a prestação de serviços relacionados à saúde e visando a proteção do titular.